

# Os Recursos Educativos no Ensino Profissional

**ANÁLISE DE SITUAÇÃO NOS CEF –  
CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO**

**ORE – Observatório dos Recursos Educativos**

Junho de 2010

## ÍNDICE

### Introdução

1. Metodologia
2. Amostra
3. Identificação

### Resultados

1. Recursos educativos utilizados
2. Fontes e suportes
3. Avaliação: aprovação, revisão e partilha
4. Maiores carências: para os alunos e para a preparação de aulas

### Síntese

1. Conclusões
2. Recomendação

## INTRODUÇÃO

O documento que agora se apresenta deve ser lido de duas formas complementares: como um estudo autónomo, relativo unicamente aos Cursos de Educação e Formação (CEF) – e aos recursos educativos neles utilizados –, ou como um trabalho incluído num projecto de investigação mais vasto que visa compreender este mesmo objecto de estudo no universo mais amplo da totalidade da oferta de ensino profissionalizante. A primeira parte do díptico de que este estudo constitui o segundo segmento foi efectuada no ano lectivo de 2007-2008 e refere-se ao ensino profissional de nível secundário (os resultados podem ser consultados em [www.ore.org.pt](http://www.ore.org.pt)).

Ao contrário desta última modalidade de ensino que os alunos podem escolher independentemente das (eventuais) retenções que caracterizem o seu percurso escolar, os CEF de níveis 2 e 3 (equivalentes à obtenção do 9.º ano de escolaridade) – que são os que conhecem maior procura – foram criados como uma via alternativa para alunos com mais de 15 anos que ainda não tenham concluído o 3.º ciclo. Têm como principal objectivo a simultânea aquisição, por parte daqueles que os frequentam com sucesso, de habilitações escolares e de competências profissionais.

O êxito que os caracteriza – como prova a sua crescente procura – tem sido reconhecido através da significativa taxa de sucesso escolar que viabilizam e da expressiva transição para o mercado de trabalho dos alunos que os frequentam. Deve distinguir-se, no entanto, o produto do processo e perguntar pelos caracteres do segundo para aferir da razoabilidade do primeiro – e da promoção que o envolve.

Perguntar pelas maiores carências sentidas pelos professores neste domínio, em particular, indagar quais os materiais que são utilizados com e pelos alunos – num contexto marcado pela não adopção formal de manuais escolares ou de qualquer outro recurso em sua substituição – e perscrutar os dispositivos accionados pelas escolas para garantir a qualidade dos recursos que fazem chegar aos alunos são apenas alguns dos propósitos que estão na origem do presente trabalho cujos resultados adiante se expõem.

A consulta do calendário estabelecido pela tutela para a adopção de manuais escolares não contempla os cursos CEF, do que se deduz que não é obrigatória a sua adopção. Neste contexto é de crucial importância saber a partir de que fontes os professores constroem os seus materiais e através de que suportes os fazem chegar aos seus alunos.

Espera-se, por último, que, conjuntamente com o estudo “Os Recursos Educativos no Ensino Profissional: Análise de Situação no Ensino Secundário”, este documento possa servir como uma fonte de informação suficientemente credível e pertinente para a clarificação, em geral, do funcionamento da dupla formação escolar / formação profissional em Portugal e, em particular, dos recursos educativos que, neste contexto, são mobilizados.

## IDENTIFICAÇÃO

### 1. Metodologia

Para a obtenção das respostas que sustentam este documento procedeu-se à divulgação de um inquérito *online*, solicitando a todos os professores que lecionam CEF que respondessem aos diferentes tipos de questões – de índole factual e de carácter opinativo – que o constituem. A opção pela tipologia de questão descrita prende-se com uma dupla necessidade: perceber o que, de facto, se passa ao nível dos recursos educativos nesta modalidade de ensino e clarificar a reacção – e a respectiva opinião – dos professores ao diagnóstico efectuado; por outras palavras, e recorrendo à exemplificação, procura-se não só saber a que é que, de facto, os professores mais recorrem para tornar acessíveis aos seus alunos os conteúdos que lecionam, mas também perceber quais são, na sua opinião, as maiores carências que, ao nível dos recursos educativos, caracterizam estes cursos.

Refira-se, por último, que o número de inquéritos respondidos – e que os dados adiante expostos reflectem – se cifra em 2803.

## 2. Amostra

Depreende-se do anteriormente referido que a amostra do universo de professores que leccionam CEF neste ano lectivo tem um carácter aleatório. Apesar dos riscos que comporta este tipo de amostragem, optou-se por esta metodologia – via *online* – devido, sobretudo, à celeridade que imprime ao preenchimento, submissão e recepção do inquérito por questionário. Não obstante, para não sacrificar o rigor dos dados obtidos – e a decorrente interpretação dos mesmos – à rapidez de acesso às respostas, efectuou-se uma monitorização constante dos inquéritos submetidos para garantir o respeito pela não negligenciável regra da proporcionalidade.

## 3. Identificação

O número de inquéritos submetidos ao ORE – Observatório dos Recursos Educativos – totaliza 2803 e distribui-se de acordo com a seguinte tipologia:

Distrito	N.º de Inquéritos
Aveiro	269
Beja	39
Braga	238
Bragança	35
Castelo Branco	48
Coimbra	120
Évora	56
Faro	142
Guarda	58
Leiria	111
Lisboa	375
Portalegre	40
Porto	516
Santarém	141
Setúbal	115
Viana do Castelo	70
Viseu	199
R. A. Açores	30
R. A. Madeira	103
Não responde	98
<b>Total</b>	<b>2803</b>
<b>Escolas do ME ou Particulares</b>	
Ensino Público	2554
Ensino Particular	158
Não responde	91
<b>Total</b>	<b>2803</b>
<b>Tipologia EB/ES ou Escolas Profissionais</b>	
EB, EB2, EB23, EB23/S, EBI, ES/3, ES	2562
Escolas Profissionais	150
Não responde	91
<b>Total</b>	<b>2803</b>

Considerando o item “Disciplina”, o número de inquéritos reparte-se do seguinte modo:

Disciplinas	N.º de Inquéritos
Português	402
Cidadania e Mundo Actual / Cidadania e Sociedade	324
Língua estrangeira	410
Tecnologias da Informação e da Comunicação	211
Educação Física	142
Matemática Aplicada	393
Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	133
Outra	645
Não responde	143
<b>Total</b>	<b>2803</b>
<b>Língua Estrangeira</b>	
Ingles	337
Francês	56
Espanhol	17
<b>Total</b>	<b>410</b>

Doc. 2

A distribuição dos inquéritos, segundo a nomenclatura “Tipo de CEF”, é a que abaixo se apresenta.

Tipo de CEF	N.º de Inquéritos
Tipo 1 – Certificação escolar equivalente ao 6.º ano de escolaridade e uma qualificação profissional de nível 1	59
Tipo 2 ou 3 – Certificação escolar equivalente ao 9.º ano de escolaridade e uma qualificação profissional de nível 2	2345
Tipo 4 – Uma qualificação profissional de nível 2 (para titulares do 9.º ano de escolaridade que pretendem obter uma qualificação profissional)	27
Tipo 5 ou 6 – Certificação escolar equivalente ao 12.º ano de escolaridade e uma qualificação profissional de nível 3)	237
Tipo 7 – Uma qualificação profissional de nível 3 (para titulares do 12.º ano de escolaridade que pretendam obter uma qualificação profissional)	31
Curso de Formação Complementar	33
Não responde	71
<b>Total</b>	<b>2803</b>

Doc. 3

Os números revelam um claro ascendente dos CEF tipo 2 ou 3, equivalentes ao 9.º ano de escolaridade, por motivos facilmente identificáveis. Por um lado, considerando o requisito da idade mínima, com menos de 15 anos serão poucos os alunos que ainda não têm completo o 2.º ciclo. Por outro lado, a vasta oferta que integra os cursos profissionais do ensino secundário constitui-se como uma feroz concorrente à via CEF, pelo que, para níveis superiores ao 3.º ciclo, poucos serão os alunos que optarão por esta última oferta curricular.

## RESULTADOS

### 1. Utilização de recursos educativos

A pergunta que mediou os resultados que seguidamente se apresentam foi a seguinte: “Que recursos didáctico-pedagógicos disponibiliza aos seus alunos?”. Depreende-se da sua formulação que o conjunto das respostas obtidas tem um carácter factual e, como tal, é independente de qualquer observação de índole opinativa por parte dos inquiridos.

Recursos disponibilizados aos alunos	N.º de respostas	% de respostas	% de professores
Manuais escolares específicos para CEF	679	10,15%	25,03%
Manuais escolares do ensino regular	497	7,43%	18,32%
Fotocópias dispersas de vários materiais	2330	34,82%	85,91%
Ficheiros, com vários materiais, em pen-drive, CD ou disquete	1259	18,82%	46,42%
Ficheiros, com vários materiais, em plataforma moodle (ou congénere)	574	8,58%	21,16%
Ficheiros, com vários materiais, em páginas Web, blogue (ou congénere)	626	9,36%	23,08%
Uma sebenta fotocopiada	308	4,60%	11,35%
Outros	418	6,25%	15,41%
<b>Total</b>	<b>6691</b>	<b>100%</b>	

Doc. 4

O que os resultados de imediato denotam é a disponibilização aos alunos, superior a qualquer outro dispositivo didáctico, de photocópias: 34,82% das respostas apontam para este recurso e 85,91% dos professores recorrem a esta solução. A explicar esta expressiva utilização poderão estar dois factores que se complementam: em primeiro lugar, a não adopção de manuais escolares na oferta curricular em análise; em segundo lugar, a impossibilidade de leccionar sem um suporte didáctico efectivo. As photocópias aparecem, assim, como um expediente face a recursos de outro tipo que não são viabilizados.

Deve também referir-se o papel crescente que as novas tecnologias da informação e da comunicação têm vindo a ocupar no seio da escola e das actividades nela desenvolvidas: a segunda posição (18,82%), face à questão colocada, é ocupada pelos ficheiros, com vários materiais, em pen-drive, CD ou disquete. Considere-se, aliás, que, quando somadas, as três respostas que apontam para as TIC – “Ficheiros, com vários materiais, em pen-drive, CD ou disquete” (18,82%), “Ficheiros, com vários materiais, em página Web, blogue (ou congénere)” (9,36%) e “Ficheiros, com vários materiais, em plataforma moodle (ou congénere)” (8,58%) – o total ascende aos 36,76%, o que, à primeira vista, parece corresponder a uma utilização superior à das photocópias. Mas, de facto, assim não é.

Aplicando-se o mesmo raciocínio utilizado para constatar a utilização das TIC, isto é, somando-se as respostas “Fotocópias dispersas de vários materiais” (34,82%) e “Uma sebenta fotocopiada” (4,60%), estas continuam a manifestar o seu ascendente relativo: 39,42%. Confirma este raciocínio que as photocópias são, indiscutivelmente, o recurso mais disponibilizado pelos professores aos seus alunos.

Atente-se, por último, na terceira resposta maioritariamente escolhida: “Manuais escolares específicos para os CEF”. Esta opção obtém 10,15% das respostas dadas (a que acrescem os 7,43% de respostas referentes ao item “Manuais escolares do Ensino Regular”), o que, comparativamente com os outros dados obtidos que o Doc. 4 ilustra, demonstra cabalmente a não inibição por parte dos professores, não obstante a sua não adopção, pela sua utilização.

O veredicto é, face ao exposto, o seguinte: a grande maioria dos alunos dos cursos CEF estuda, sobretudo, por photocópias, não lhes sendo estranha a utilização, quer de informação em suporte digital, quer de manuais escolares especificamente concebidos para esta oferta curricular.

## 2. Fontes e suportes mobilizados pelos professores

Poderá causar perplexidade, tendo em atenção os pressupostos deste estudo, o facto de se contemplar a possibilidade de respostas como “Manuais escolares específicos para CEF” e “Manuais escolares do ensino regular” no conjunto das opções de escolha múltipla – tal como já tinha acontecido com a questão anterior, referente à utilização de recursos educativos. Com efeito, os editores de manuais escolares têm vindo a colocar no mercado vários compêndios referentes a disciplinas dos CEF, oferta essa que tem conhecido um aumento proporcional ao número de disciplinas que têm, entretanto, surgido com a aprovação de novos cursos. Ora, tendo presente que professores e alunos podem aceder a estes materiais, importa saber se os mesmos são mobilizados para a criação de materiais pedagógicos. A mesma questão aplica-se aos manuais escolares do ensino regular. Dada a proximidade curricular que existe entre muitas disciplinas dos CEF e do ensino regular, é previsível que muitos docentes recorram a manuais escolares dos últimos para prepararem as suas aulas.

A questão “De que fontes extrai, com maior frequência, os conteúdos que integram as suas aulas?” origina uma dupla abordagem: permite saber, em primeiro lugar, quais são as fontes mobilizadas pelos professores para a construção das suas aulas; em segundo lugar, veicula informação sobre quais são, de entre as eleitas, as que colhem maior preferência. Para aferir a frequência de utilização de cada uma das fontes que estão na origem dos conteúdos que integram as aulas dos CEF, multiplicou-se o número de respostas pela respectiva frequência de utilização indicada (de 3 a 1, correspondendo o 3 a «muito frequente», 2 a «frequente» e 1 a «pouco frequente»).

Fontes	Frequência de utilização	%
Manuais escolares específicos para CEF	3082	12,9%
Manuais escolares do ensino regular	4960	20,7%
Obras fundamentais (livro técnico, etc.), dicionários, encyclopédias, etc.	4019	16,8%
Jornais, revistas, etc.	3549	14,8%
Páginas Web	5137	21,5%
Cinema, música, etc.	2512	10,5%
Outros	661	2,8%
<b>Total</b>	<b>23 920</b>	<b>100%</b>

Doc. 5

Os resultados obtidos revelam, numa primeira análise, que a Internet (Páginas Web, blogues ou congéneres) é a fonte de informação a que os professores mais recorrem (21,5%) para construírem os materiais didáticos que servem de apoio à lecionação das suas aulas. Apesar disso, um exame mais cuidado obriga a rever esta primeira conclusão. Considerando-se conjuntamente as respostas “Manuais escolares específicos para CEF” e “Manuais escolares do ensino regular”, verifica-se um claro ascendente do manual escolar sobre a Internet: 33,6% do primeiro contra 21,5% da segunda. Deduz-se do exposto que o manual escolar é, em suma, o dispositivo de eleição quando se trata da consulta docente para efeitos didáticos.

Uma última – mas não menos importante – referência vai para o lugar ocupado pelas obras fundamentais, os dicionários e as encyclopédias. O terceiro lugar que ocupam no conjunto das fontes utilizadas pelos professores (16,8%) denota, deduz-se, a especificidade que caracteriza estes cursos: o seu carácter profissionalizante obriga ao recorrente recurso a um dos principais tipos de obras fundamentais: o livro técnico.

Para se perceber quais foram os suportes mais utilizados na leccionação das aulas dos CEF, a metodologia utilizada foi semelhante à anteriormente explicitada aquando da referência às fontes: multiplicar o suporte seleccionado pela respectiva frequência de utilização (de 3 a 1, correspondendo 3 a «muito frequente», 2 a «frequente» e 1 a «pouco frequente»).

Suportes	Frequência de utilização	%
Manuais escolares específicos para CEF	2385	6,53%
Manuais escolares do ensino regular	3245	8,89%
Outros livros de apoio	3492	9,57%
Sebentas	1504	4,12%
Fotocópias	6231	17,07%
DVD/VHS c/s projector vídeo	4047	11,09%
Computador c/s projector vídeo	6064	16,62%
Retropassador	1845	5,05%
Quadro e giz/marcador	5446	14,92%
Quadro interactivo	1806	4,95%
Outros	419	1,14%
<b>Total</b>	<b>36 484</b>	<b>100%</b>

Doc. 6

As respostas dadas pelos inquiridos revelam, uma vez mais, que as fotocópias são o suporte a que os professores mais recorrem para leccionar as suas aulas (62,53% dos professores afirmam, inclusivamente, que se socorrem deste expediente de modo “muito frequente”, e apenas 2,81% não as utilizam – ver Doc. 14). Este dispositivo é imediatamente seguido pelo computador c/s projector vídeo, que recolhe 16,62% das preferências de índole pedagógica dos professores.

Para além da sua utilização nas fotocópias, os manuais escolares, considerando-se conjuntamente os específicos para os CEF e os do ensino regular, ocupam, apesar dos constrangimentos existentes, o terceiro lugar, antes de dispositivos como, entre outros, o quadro e giz/marcador e o quadro interactivo.

### 3. Avaliação: aprovação, revisão e partilha

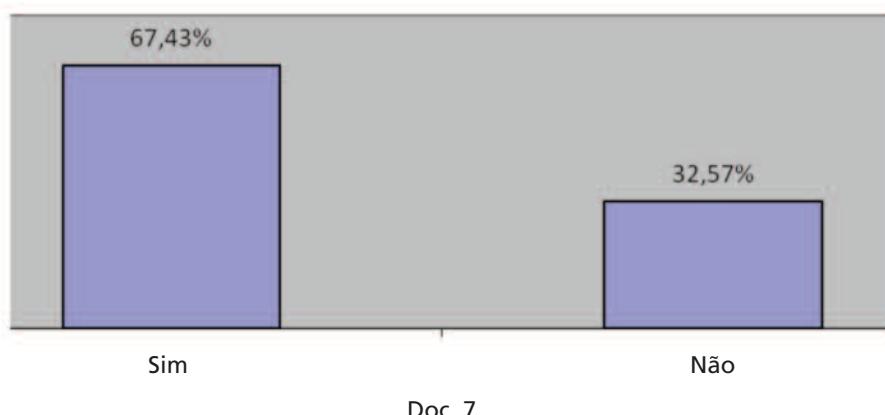
Importa saber que dispositivos existem para garantir que as fotocópias, os ficheiros em formato digital, as sebentas, etc., que chegam às mãos dos alunos têm a qualidade que consensualmente se exige, sem exceção, a qualquer material didáctico-pedagógico, por analogia com as preocupações vertidas pela tutela, designadamente na Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto e no Decreto-Lei n.º 261/2007 de 17 de Julho, no que se refere aos manuais escolares e à sua certificação.

O esclarecimento desta dúvida advém de um conjunto de respostas dadas a uma tripla questão formulada no inquérito que serve de base a este estudo. Em primeiro lugar, questiona-se os professores no sentido de saber se os recursos didáctico-pedagógicos que disponibilizam aos seus alunos são formalmente aprovados pelo respectivo departamento curricular. No entanto, para garantir que esse acto não se resume à

aprovação de uma mera enunciação desses recursos enquadrada numa planificação, mas consiste na efectiva aprovação dos recursos em si mesmos, isto é, depois de estarem concluídos e antes de serem distribuídos aos alunos, segue-se a esta pergunta uma outra: “Esses recursos didáctico-pedagógicos, depois de estarem concluídos e antes de serem disponibilizados aos alunos, são integralmente revistos pelo respectivo departamento curricular?”. Por último, indagando este derradeiro ponto por um mecanismo meramente compensatório e somente informal – ainda que igualmente informativo –, pergunta-se aos professores se habitualmente partilham com outros docentes os recursos didáctico-pedagógicos que concebem.

As respostas à primeira pergunta são as que a seguir se expõem.

**Os recursos didácticos que disponibiliza aos alunos são formalmente aprovados pelo respectivo departamento curricular?**

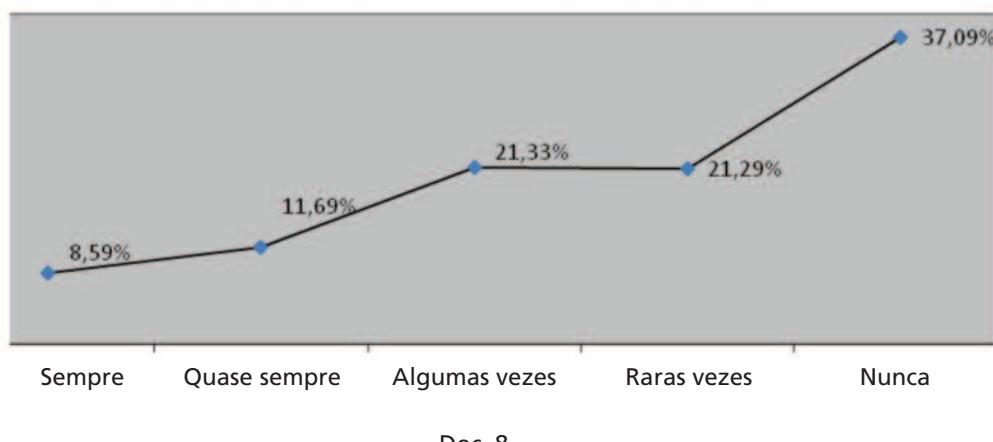


Os resultados, conforme se pode verificar no Doc. 7, denotam uma clara tendência para o “sim”. Significa isto que 67,43% dos professores aprovam previamente, em sede de departamento, os recursos que fazem chegar aos seus alunos e que, como vimos anteriormente, são maioritariamente photocópias.

Não obstante a expressividade da resposta, há uma leitura que não deve deixar de se efectuar também a partir dos dados obtidos: 32,57% dos docentes inquiridos afirmam que os materiais didáctico-pedagógicos que disponibilizam aos seus discentes não são apreciados pelos restantes professores idóneos para a sua ponderação, aspecto que deve ser objecto de preocupação.

As respostas à segunda questão são as que a seguir se discriminam.

**Esses recursos didáctico-pedagógicos, depois de estarem concluídos e antes de serem disponibilizados aos alunos, são integralmente revistos pelo respectivo departamento curricular?**

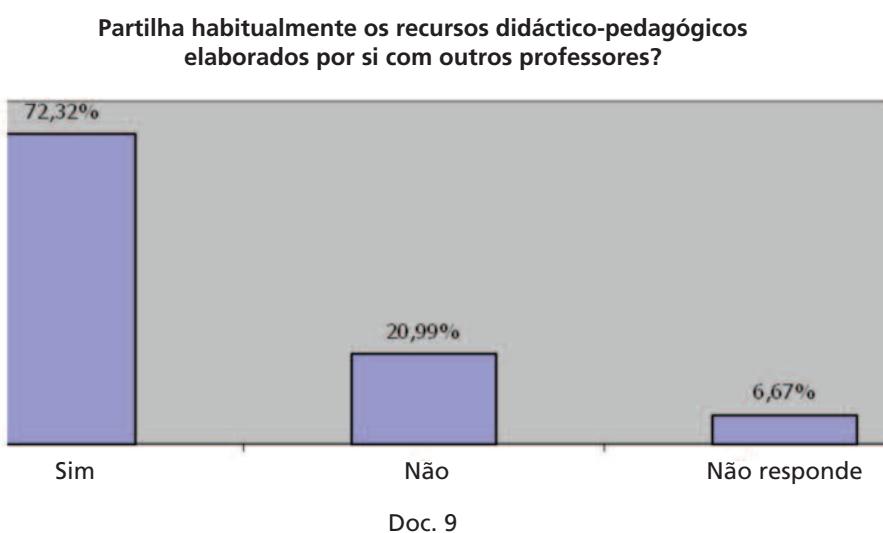


Como vimos, as respostas à primeira pergunta revelaram que uma larga maioria dos professores (67,43%) aprovam formalmente os recursos educativos que distribuem aos seus alunos. Não obstante, inquiriu-se complementarmente a amostra do universo de docentes visado neste estudo com a seguinte questão: “Esses recursos didáctico-pedagógicos, depois de estarem concluídos e antes de serem disponibilizados aos alunos, são integralmente revistos pelo respectivo departamento curricular?”

A resposta é a seguinte: a grande maioria (37,09%) nunca o faz e 21,29% fazem-no raramente. Somadas estas respostas – de índole negativa (“nunca” e “raras vezes”) –, obtém-se a percentagem de 58,38%, quando confrontadas com as de índole positiva (“sempre” e “quase sempre”), que perfazem conjuntamente 20,28%.

Para uma melhor visualização e interpretação das respostas dadas a esta questão optou-se por um gráfico de linhas. Legitima-se a seguinte conclusão: apesar de a maioria dos recursos educativos distribuídos aos alunos ser formalmente aprovada em sede de departamento curricular, estes dispositivos didácticos, depois de efectivamente concluídos e consequentemente prontos para utilização, não são, na sua maioria, revistos pelo organismo referido.

A última questão incluída neste item da avaliação indaga por um mecanismo informal e de carácter suplementar relativamente aos processos formais já referidos. Depois de se verificar que uma significativa parte dos professores submete a aprovação pelo respectivo departamento curricular os materiais didáctico-pedagógicos que concebe e que, depois de concluídos, muitos destes – a maioria – não são revistos pelo mesmo órgão, importa saber se, nesta última fase de revisão, como medida compensatória, os professores partilham os recursos que concebem com colegas que leccionam a mesma disciplina. A partilha de documentação serve, neste contexto, o propósito de diminuição da margem de eventuais imprecisões que possam condicionar os dispositivos didácticos, inclusive porque os mesmos são utilizados por mais do que um professor.



Conforme ilustra o Doc. 9, a maioria dos professores que lecciona CEF (72,32%) partilha habitualmente os recursos que constrói com outros docentes e fá-lo, sobretudo, porque considera que desse gesto pode resultar um proveito generalizado (37,35%) – ver Doc. 10 –, por economia de meios (7,45%) – num contexto em que não existe adopção formal de manuais escolares e em que, consequentemente, todos os dispositivos didácticos têm de ser elaborados pelos próprios docentes – e porque esse procedimento é já prática comum na escola em que lecciona (7,06%). Aqueles que não partilham os recursos que elaboram afirmam não o fazer por uma razão que, entre outras, destacam: há, na escola em que trabalham, apenas um professor a lecionar a disciplina, pelo que não têm com quem partilhar (14,41%).

<b>Partilha habitualmente os recursos didáctico-pedagógicos elaborados por si com outros professores?</b>		
<b>Sim, porque:</b>	<b>N.º de respostas</b>	<b>% de respostas</b>
Enriquecimento generalizado	1047	37,35%
Economia de meios	209	7,45%
Procedimento habitual	198	7,06%
Gosto pelo trabalho em equipa	81	2,88%
Deontologia da profissão	59	2,10%
Inexistência de manual escolar	55	1,96%
Mais do que um professor da disciplina na escola	50	1,78%
Necessidade de uniformização	33	1,17%
Interdisciplinaridade	28	0,99%
Dossiê do curso	5	0,17%
Obrigatoriedade	4	0,14%
Total	1769	63,05%
<b>Não, porque:</b>		
Sou o único professor da disciplina na escola	404	14,41%
Falta de vontade de outros professores	33	1,17%
Falta de rotinas	21	0,74%
Turmas heterogéneas	18	0,64%
Incompatibilidade de horários	11	0,39%
Tarefa desnecessária	8	0,28%
Não se proporcionou	7	0,24%
Estilo docente singular	4	0,14%
Receio de plágio	4	0,14%
Qualidade duvidável	1	0,03%
Total	511	18,18%
<b>Não justifica</b>	<b>342</b>	<b>12,20%</b>
<b>Não responde</b>	<b>181</b>	<b>6,45%</b>
<b>Total:</b>	<b>2803</b>	<b>99,88%</b>

Doc. 10

#### 4. Maiores carências: para os alunos e para a preparação de aulas

O diagnóstico das maiores carências que existem nesta oferta curricular pressupõe, necessariamente, que a mesma se encontre implementada há algum tempo. A experiência dos inquiridos é fundamental para, a este respeito, garantir a fiabilidade das respostas e, consequentemente, obter um diagnóstico sustentado.

O dispositivo legal que estabelece a criação destes cursos data de 27 de Julho de 2004 e produziu efeitos a partir do ano lectivo seguinte. Face ao exposto, pode deduzir-se que os professores que se encontram, neste momento, a leccionar estes cursos dispõem de experiência suficiente para informar um juízo credível ou, por outras palavras, simultaneamente distanciado e sustentado.

Pode objectar-se que, face ao modo como o inquérito foi concebido, alguns dos professores que lhe responderam – e que constituem a amostra deste documento – estão a leccionar pela primeira vez nos CEF, ou ainda que aqueles que não o fazem pela primeira vez não dispõem ainda dos cinco anos completos de lecionação nos mesmos. Para contornar este obstáculo disponibilizou-se o inquérito apenas na segunda metade do presente ano lectivo. Garante-se deste modo que as respostas dadas não são resultado de preconceito mas antes da efectiva prática lectiva e do conhecimento que dela advém.

<b>De que recursos didáctico-pedagógicos sente mais falta para preparação e desenvolvimento das suas aulas?</b>			
<b>Recursos</b>	<b>N.º de respostas</b>	<b>% de respostas</b>	<b>% de professores</b>
Livro de apoio específico do curso	2245	67,74%	82,84%
Outros livros de apoio	672	20,28%	24,79%
Conteúdos em multimédia	160	4,82%	5,90%
Caderno de actividades	55	1,65%	2,02%
Quadro interactivo	28	0,84%	1,03%
Equipamento audiovisual	25	0,75%	0,92%
Computador c/s projector vídeo	14	0,42%	0,51%
Ligação à Internet	10	0,30%	0,36%
Outros	100	3,01%	3,69%
Nenhum	5	0,15%	0,18%
<b>Total</b>	<b>3314</b>	<b>100,0%</b>	

Doc. 11

<b>Relativamente à sua disciplina, qual lhe parece ser o recurso didáctico-pedagógico que mais falta faz aos alunos?</b>			
<b>Recursos</b>	<b>N.º de respostas</b>	<b>% de respostas</b>	<b>% de professores</b>
Livro de apoio específico do curso	1438	64,74%	53,06%
Conteúdos em multimédia	264	11,88%	9,74%
Computador c/s ligação à Internet	109	4,90%	4,02%
Quadro interactivo	61	2,74%	2,25%
Obras fundamentais, dicionários, enciclopédias, etc.	39	1,75%	1,43%
Equipamento audiovisual	25	1,12%	0,92%
Laboratórios e oficinas devidamente equipados	23	1,03%	0,84%
Ginásio devidamente equipado	16	0,72%	0,59%
Jogos didácticos	12	0,54%	0,44%
Textos de apoio	11	0,49%	0,40%
Jornais, revistas, etc.	5	0,22%	0,18%
Outros	207	9,32%	7,63%
Nenhum	11	0,49%	0,40%
<b>Total</b>	<b>2221</b>	<b>99,94%</b>	

Doc. 12

Os números não podiam ser mais claros. Quer para a preparação e desenvolvimento da prática lectiva (Doc. 11), quer para os seus próprios alunos (Doc. 12), os professores consideram, inequivocamente, que o recurso didáctico-pedagógico que mais se encontra em falta corresponde a livros de apoio específico para o curso em que leccionam ou, por outras palavras, um manual escolar – expressão empregue pela larga maioria. O consenso é, aliás, manifesto se tivermos presente que, em qualquer dos grupos de resposta – para a preparação e desenvolvimento das aulas e para os alunos –, os números situam-se sempre acima dos 60%. Há, aliás, um padrão reconhecível nas respostas às duas questões: o livro de apoio específico figura sempre em primeiro lugar e é também, em ambos os casos, secundado nas primeiras posições pelos conteúdos em multimédia.

Deve registar-se ainda um outro facto que comprova o referido consenso. Nenhum dos recursos educativos que são apontados como uma efectiva carência nesta oferta curricular ascende a números que sejam próximos dos registados pelo livro de apoio específico do curso profissional – a diferença é sempre superior a 45 pontos percentuais.

Uma segunda observação vai para os conteúdos em multimédia. Sob esta designação encontram-se também os vídeos, filmes, documentários e outros registos visuais e auditivos do género idênticos. Trata-se de uma designação forçada, mas que se justifica do seguinte modo: muitos professores referem indiferenciadamente DVD e filmes e/ou documentários. Ora, o DVD é, em si, também um suporte multimédia, ao contrário dos filmes e/ou documentários que não o são necessariamente, mas podem aparecer com aquela designação. O que deve, enfim, reter-se é o facto de uma larga percentagem de professores, sobretudo os que leccionam disciplinas da componente tecnológica, indicarem este recurso como sendo aquele de que mais carecem na sua prática lectiva e por conteúdos em multimédia deve incluir-se também os filmes e/ou documentários.

Por último, é legítima a leitura dos dados destas últimas duas questões (docs. 11 e 12) que é o corolário dos resultados anteriormente expostos de acordo com o raciocínio seguidamente apresentado.

No ponto 1, referente à utilização dos recursos educativos, concluiu-se que as photocópias são o expediente a que os professores mais recorrem para tornar acessíveis aos seus alunos os conteúdos que leccionam.

No ponto 2, relativo às fontes e aos suportes a que os professores mais recorrem para construírem os seus dispositivos didácticos, verificou-se que os manuais escolares, nomeadamente os do ensino regular, são a fonte mais requerida para verterem, sobretudo, em photocópias – uma vez mais o suporte de eleição – os conteúdos que seleccionam.

No ponto 3, respeitante à aprovação, revisão e partilha dos recursos educativos que concebem, os professores afirmaram manifestar-se conscientes do imperativo deontológico de os aprovar, rever e, sobretudo, partilhar num contexto em que o trabalho é acrescido da não-existência de um recurso educativo formalmente adoptado e de qualidade reconhecida.

Ora, se recorrem muito a photocópias, se também se socorem de manuais escolares para as mesmas e se predominantemente invocam a necessidade de aprovar e partilhar o que elaboram, a maior carência, de facto, é (ver docs. 11 e 12) o manual escolar. Os dados informam e comprovam esta conclusão.

## SÍNTSE

### 1. Conclusões

- Os cursos de educação e formação (CEF) constituem actualmente uma via de ensino privilegiada por um contingente tendencialmente maioritário de alunos.
- Os professores revelam grandes preocupações com a eficácia do seu ensino e dos correspondentes processos de aprendizagem, a par de uma consciência crítica aguda relativamente aos processos de selecção e supervisão dos recursos educativos mobilizados. As condicionantes existentes levam-nos, entretanto, a improvisar soluções que servem de paliativo às limitações que lhes são impostas.
- As photocópias são, destacadamente, a solução a que os professores mais recorrem para disponibilizar aos alunos os conteúdos que lecionam. Num contexto em que a adopção de manuais escolares não é prática comum, 85,91% dos docentes afirmam socorrer-se de um tal expediente, sendo este valor imediatamente secundado por um outro bastante mais baixo, 46,42%, referente a ficheiros, com vários materiais, em *pen-drive*, CD ou disquete. As photocópias dominam assim, perante uma concorrência pouco expressiva, o conjunto dos recursos educativos utilizados nos CEF.
- Os manuais escolares e a Internet são as fontes a que os professores mais recorrem para elaborarem os materiais didácticos que distribuem aos seus alunos – 33,6% e 21,5%, respectivamente.
- A consideração destes recursos – manuais escolares e internet –, superior à de qualquer outra fonte, permite conjecturar que os professores desejam recorrer a uma solução pedagógica que os reúna num só, *i.e.*, que agregue a sistematização de toda a informação necessária num único recurso que proporcione a facilidade oferecida por um manual escolar.
- Depois de concebidos e antes de serem disponibilizados aos alunos, muitos recursos não são de facto apreciados pelos órgãos competentes.
- Do que ficou expresso no ponto anterior deriva, no entanto, um outro problema que exprime uma preocupação ainda maior. Se, como se disse anteriormente, não é prática corrente, nestes cursos, a adopção de manuais escolares, e, depreende-se daqui, os alunos estudam apenas pelos recursos que os seus professores lhes distribuem, considerando-se que estes são apenas vistos por um único professor – o que os concebe e distribui aos seus alunos –, levanta-se a questão da (in)existência de uma monitorização da qualidade dos materiais pedagógicos pelos quais estudam os alunos dos CEF.
- Os professores consideram que o recurso educativo de que sentem mais falta para a preparação das suas aulas (82,84%) e de que os alunos mais carecem para o acompanhamento do leccionado (53,06%) é, definitivamente, o manual escolar. Para cada uma das diferentes utilizações – a preparação de aulas, para os docentes, e o acompanhamento do leccionado, para os discentes – os números situam-se sempre acima dos 50% e distam largamente, em ambas as situações, das segundas carências mais sentidas (24,79% para os outros livros de apoio e 9,74% para os conteúdos multimédia, respectivamente). O manual escolar é, em suma, um recurso educativo não dispensável, como o prova o consenso alargado quanto à maior carência sentida, nestes cursos, em termos de materiais pedagógicos.
- Acresce que, embora tendo por base a preocupação dos professores em ajudar os alunos a suprir lacunas óbvias de apoio pedagógico, a distribuição de photocópias de parte ou da totalidade de manuais escolares de forma massiva e reiterada, não podendo ser considerada como uma utilização livre ao abrigo do uso privado, não pode igualmente ser entendida, sem mais, ao abrigo do uso para fins de ensino, uma vez que a sua utilização visa dispensar o aluno do uso do livro em si, o que conflita directamente com as previsões do n.º 4 do artigo 75.º e do n.º 2 do artigo 76.º, ambos do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. Não parece ser admissível sujeitar os docentes a tão ingrata situação, inclusive pelas graves consequências penais que, segundo este mesmo diploma, uma tal utilização acarreta.

## 2. Recomendação

Em face do exposto, recomenda-se a urgente revisão da legislação aplicável à utilização de recursos educativos nos cursos profissionais do ensino secundário de forma a:

- Favorecer-se as aprendizagens dos alunos e o seu sucesso educativo;
- Facilitar-se a acção pedagógica dos professores;
- Evitar-se discriminações objectivas e injustificadas;
- Incrementar-se, de uma forma geral, uma melhoria das condições de ensino e de trabalho autónomo dos alunos enquanto factor decisivo para a aquisição de competências profissionais de base.